

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África



Coordenação

Luís Reis Torgal

Fernando Tavares Pimenta

Julião Soares Sousa

Coimbra • 2008

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

Comunidades Imaginadas

Nação e Nacionalismos
em África

Coordenação

Luís Reis Torgal
Fernando Tavares Pimenta
Julião Soares Sousa

Coimbra • 2008



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
Paulo Oliveira
[PMP]

EXECUÇÃO GRÁFICA
????????????????

ISBN
978-989-8074-57-7

DEPÓSITO LEGAL
????????????????????????????

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:



OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação
do Quadro Comunitário de Apoio III

O FENÓMENO TRIBAL, O TRIBALISMO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO DISCURSO DE AMÍLCAR CABRAL

Como afirma José Carlos Venâncio¹, o nacionalismo africano moderno, em cuja liderança podemos destacar uma elite “destribalizada” (a expressão é cara a Amílcar Cabral), assentou, salvo raras exceções (o caso da UPNA, mais tarde transformado em UPA/FNLA), as suas reivindicações cívicas e políticas na procura de uma identidade nacional. Essa identidade nacional era entendida pelo líder do PAIGC “como produto da interacção cultural entre a sociedade e a história, através do processo contínuo de libertação nacional”².

Nenhum dos territórios africanos que se tornaram independentes em 1960, bem como aqueles que ao tempo ainda se encontravam sob o jugo colonial tinham propriamente uma unidade territorial, nem étnica³. Neste sentido, como os próprios territórios não eram étnica e racialmente homogêneos, a liderança das independências e os movimentos de libertação nacionais tentaram, na medida do possível, manter o *status quo* das fronteiras coloniais adoptando, como sustenta Alexis Wick, “o quadro nacional como entidade política suprema da modernidade e do progresso”⁴.

Julgamos que a adopção do quadro nacional como referência, sobretudo por parte dos líderes dos movimentos de libertação nacionais, tinha a ver com o facto de alguns deles (o caso, por exemplo, de Amílcar Cabral) não pertencerem a nenhum grupo étnico, o que, de certo modo, fazia com que a cultura nacional aparecesse aos seus olhos como “a forma mais elaborada da cultura”, para retomarmos aqui uma frase que se deve ao ideólogo martiniquenho Frantz Fanon.

¹ José Carlos Venâncio, *O Factor Africano. Elementos para uma sociologia da África*, 1ª edição, Vega e Autor, 2000, p. 63.

² Helmy Sharawy, “Cultura e identidade nacionais na era da globalização: uma re-interpretação do combatente pela liberdade, Amílcar Cabral”, in *Cabral no cruzamento de épocas*. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Praia, Setembro 2005, p. 235.

³ Vide José Carlos Venâncio, *ob. cit.*, pp. 63 e ss.

⁴ Alexis Wick, “A nação no pensamento de Amílcar Cabral”, in *Cabral no cruzamento de épocas*. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Praia, Setembro 2005, p. 360.

Amílcar Cabral era de ascendência cabo-verdiana, logo não podia identificar-se com nenhum grupo étnico ou tribal da Guiné. A sua posição de “neutralidade” deixava-o num lugar privilegiado e confortável para se perfilar como o artífice da nova consciência nacional que se queria forjar a partir da luta armada de libertação contra o colonialismo português. Assim sendo, os objectivos de Amílcar Cabral só podiam ser os mesmos que J. Breully defendia, isto é, os de que os interesses e os valores da nação tinham “prioridade sobre qualquer outro interesse e valor”⁵, merecendo, por conseguinte, qualquer espécie de sacrifício para os recuperar e conservar.

Se o regime colonial cimentou e explorou até à exaustão as contradições entre os diferentes grupos étnicos, o nacionalismo moderno emergente nas colónias portuguesas nos anos 40 do século XX tentou recuperar a ideologia identitária, graças a influência pan-africanista e negritudinista. A partir de então, as suas exigências ganharam uma nova dimensão do ponto de vista cultural e político, nomeadamente no tocante à reivindicação explícita da independência, num quadro nacional e pan-nacional, e no que dizia respeito à edificação de uma nova nação e de um “Homem Novo”, entendidos como a representação cabal desse sentimento identitário.

Cabral teve consciência, desde muito cedo, que a África, em geral, e a Guiné, em particular, tinham uma complexa realidade étnica e tribal. De resto, as primeiras referências sobre este assunto nos escritos do ainda estudante de Agronomia em Lisboa e futuro líder do PAIGC, datam de Abril de 1949. Nessa altura escrevia:

Não é a existência dum raça ou dum grupo étnico ou seja o que for que define ou condiciona o comportamento dum agregado humano. Não. São, sim, o meio social e os problemas resultantes da reacção desse meio e das reacções dos próprios homens em questão. Tudo isto define o seu comportamento. Por outras palavras: um grupo de homens – seres humanos – constituirá uma «raça» ou um «grupo étnico» ou outra coisa, na medida em que enfrentem problemas comuns e lutem pelas mesmas aspirações⁶.

Tendo em consideração estas palavras, não é difícil adivinhar o seu posicionamento posterior quando, em 1959, iniciou o projecto de construção de uma comunidade bi-nacional (Guiné e Cabo Verde), com a fundação do PAI/PAIGC, sob a divisa – Unidade e Luta. Cabral partira assim, de uma lógica de partido a quem cabia a difícil responsabilidade de lançar as bases para a edificação da nação. Num outro estudo, tentámos mais ou menos explicar as origens desse projecto, bem como o contexto africano em que tentou concretizá-lo⁷. A luta contra o colonialismo e a independência de alguns territórios africanos não se compadecia com a divisão ou com a tendência regionalista e tribalista. E mais! De acordo com o então líder do PAIGC, não podia haver nação/pátria africana sob o domínio colonial. Era necessário recuperar a dignidade

⁵ J. Breully, *Nationalism and the state*, Manchester University Press, Manchester, 1965 (2ª edição) 1993, p. 3.

⁶ Mário de Andrade, *Amílcar Cabral. Essai de biographie politique*, Paris, Maspero, 1980, p. 34 e também Carlos Lopes, *Etnia, Estado e relações de Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Edições 70, 1982, p. 103.

⁷ Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde (1924-1973)*, tese de doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Janeiro de 2008.

perdida. Assim sendo, chegou mesmo a considerar a fundação do PAIGC como o acontecimento mais marcante da vida e da história dos povos da Guiné e Cabo Verde, pelas possibilidades que abriu à construção de uma nova “nação africana forjada na luta”. Esta nova nação estava a emergir como a “pátria amada”, “gloriosa” e a “terra dos avós”⁸, sendo a Guiné e Cabo Verde vistos como um só povo, uma só cultura e com heranças comuns. Em 1961, aquando da primeira reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e Cabo Verde realizada em Dakar, o PAIGC afirmava que, fazendo face às contradições “secundárias da sociedade” e “às manobras pérfidas dos colonialistas” no sentido de “dividir para reinar”, conseguiu “realizar e consolidar” a unidade de todas as classes sociais “em torno de um ideal comum de libertação nacional”⁹.

L'unité entre tous les groupes ethniques de la Guinée ainsi qu'entre les Guinéens et les capverdiens – conditions que notre Parti considère comme fondamentale pour notre lutte – a été un coup décisif porté au colonialisme portugais qui, pendant des siècles, a essayé de créer un camp favorable à l'utilisation de certains groupes ethniques de la Guinée et des capverdiens contre les intérêts de notre peuple, comme il l'avait fait dans le passé¹⁰.

O avanço subsequente para a luta armada teve como objectivo primordial, conforme defendia Cabral, “fazer centenas de homens, milhares de homens e mulheres pensando da mesma maneira, buscando a mesma coisa”¹¹. Este espírito identitário foi talvez o aspecto mais revelador da grande influência que o movimento pan-africanista exerceu sobre Amílcar Cabral.

Em Milão (1964), ao analisar a estrutura social da Guiné de modo a ter uma ideia objectiva acerca da contribuição que os diferentes grupos étnicos (individual ou colectivamente considerados) podiam dar à luta de libertação nacional contra a dominação estrangeira, chegou à conclusão que era impossível a “uma só camada social” fazer “a luta contra o colonialismo”, pois esta exigia “a realização efectiva da unidade nacional”. Isto é, a união de todas as “classes” e/ou de todas as etnias que compunham o mosaico étnico da Guiné. Cabral adoptou mesmo o conceito de “classe-nação” (caro a Lenine e a Estaline) representando não só a união das “classes” existentes na Guiné (pequena burguesia, o lumpenproletariado, os assalariados e os camponeses), mas também todas as etnias. Era uma vasta frente social. O líder do PAIGC era da opinião que a dominação colonial era de uma classe (a portuguesa) sobre uma “nação” considerada no seu conjunto como uma “classe”. Na ausência da “classe operária”, a pequena burguesia revolucionária, entendida como a “classe de vanguarda” por Amílcar Cabral, fora, sem dúvida, a grande artífice pela integração

⁸ Vide o Hino do PAIGC, escrito por Amílcar Cabral provavelmente em 1960, que se transformou, com a independência da Guiné (1974) e de Cabo Verde (1975), no símbolo nacional.

⁹ AMS, “Discours du PAIGC à la Conférences des Organisations Nationalistes de Guinée Portugaise et Îles du Cap Vert”, pasta 4342.001, im 70.

¹⁰ *Idem, ibidem*, im 70.

¹¹ “Sobre a agressão à República da Guiné e os acontecimentos ulteriores nesse país”, intervenção do camarada Amílcar Cabral, Reunião do Conselho Superior da Luta, 9 a 16 de Agosto de 1971, p. 3.

das várias categorias sociais. Ela afigurava-se como a única classe que estava realmente em condições de consciencializar, de mobilizar e de dirigir as restantes “classes”, mas também de herdar todo o aparato do Estado colonial por alturas da independência. Todavia, a ruptura ou o regresso à História – isto é, a Revolução – só se consumaria com o seu “suicídio” enquanto classe.

O líder do PAIGC acreditava que a assunção do poder por parte do povo em África, no quadro de uma independência em que a pequena burguesia se “suicidaria”, enquanto classe identificada com aquela era uma “fatalidade”, o que a acontecer poria termo às contradições de classe. Ouçamo-lo:

Quando os povos tomarem o poder nas suas próprias mãos, como farão com certeza, dada a marcha dos acontecimentos neste continente, desaparecerão todos os obstáculos a uma efectiva solidariedade africana¹².

No interior do seu partido, Amílcar Cabral tentou acabar com determinadas práticas culturais tribais consideradas nocivas para o seu movimento de libertação em luta. Combateu os chefes tradicionais que eram contrários à ideia de libertação nacional ou que se tinham colocado literalmente do lado dos portugueses. Depois da independência, o PAIGC optou mesmo por eliminar fisicamente alguns desses chefes, sob a acusação de antipatriotismo, em virtude da sua colaboração com as autoridades coloniais, ou de constituírem um potencial obstáculo à construção da nação.

Numa entrevista concedida a Basil Davidson, muito provavelmente em 1966, Amílcar Cabral atribuía a existência de conflitos entre os vários povos às elites que as governavam: “Na minha opinião pessoal – afirmava Cabral - não há conflitos reais entre os vários povos da África. Apenas existem conflitos entre as suas elites”¹³.

Segundo Cabral, o processo de integração/cooperação das diferentes tribos já tinha realmente começado antes da conquista portuguesa, tendo sido detido pela imposição do sistema colonial. A dominação estrangeira introduziu as fronteiras sem ter em linha de conta o fenómeno étnico, usou a violência para conter as clivagens étnicas e outras vezes fomentou estas mesmas clivagens colocando nas chefias desses grupos étnicos, indivíduos que lhe eram leais. A este propósito afirmava o secretário-geral do PAIGC, num discurso proferido em 1969:

Entre os Fulas, os Manjacos, os Mandingas, havia toda uma estrutura tradicional de sucessão de chefes que os portugueses não respeitaram porque muitos destes chefes não correspondiam às exigências do colonialismo. Então os portugueses substituíram aquele que devia ser o chefe pelo seu primo ou instalaram mesmo um outro sem qualquer parentesco com o chefe ou o grupo e criaram assim toda uma situação que retira a palavra tradicional todo o seu verdadeiro significado.

¹² Basil Davidson, *A Libertação da Guiné. Aspectos de uma Revolução Africana*. Prefácio de Amílcar Cabral, Lisboa, Sá da Costa Editora, p. 172.

¹³ *Idem, ibidem* p. 172.

Portanto, se nalguma coisa a administração colonial (directa) portuguesa teve impacto e consequências em África foi no que dizia respeito à desvalorização das etnias e sobretudo dos seus chefes. A divisão prevalecente era mesmo apontado pelo líder do PAIGC como um dos mais difíceis obstáculos à construção do Estado-nação guineense e, para nós, à reconstrução nacional na fase actual. Cabral falava das possibilidades da interacção entre os diferentes grupos étnicos, partindo do exemplo da própria luta que movia contra o colonialismo, quando afirmava:

No nosso caso já estamos a descobrir na prática, cada vez mais, que a cooperação é possível e útil conforme se vão libertando de atitudes de fricção tribal – atitudes que eram encorajadas, directa ou indirectamente, pela dominação colonial e pelas suas consequências¹⁴.

Cabral até admitia que houvesse ainda, no quadro da sociedade guineense, problemas tribais e étnicos, no caminho para a edificação da nação. O que não aceitava nem tolerava era que dentro do seu próprio partido houvesse divisões. Uma coisa era a sociedade e outra o seu partido, o PAIGC, dentro do qual a preocupação maior devia ser a de unir e não a de dividir. Uma coisa era o comportamento da sociedade e outra o dos elementos que integravam o seu partido.

Em 1969, face aos inúmeros problemas internos, Cabral voltou a insurgiu-se contra uma tendência tribalista e racista que ganhava cada vez mais força no PAIGC. Foi nesse mesmo ano que constatamos o maior número de referências sobre a questão da “nação”, do “tribalismo” e da etnicidade nos discursos do líder guineense e cabo-verdiano. Este facto, decerto, não está dissociado da crise interna e de liderança em que o seu partido se mergulhou, a partir de 1967, acerca das quais seria bom referir apenas alguns sinais:

- Criação do PDONG (1967) – Dissidência de Honório Sanchez Vaz e Miguel Embaná.
- Criação da Junta Militar dos Patriotas da Guiné (1968) liderada por Mamadin Iafa e por Mamadu Injai (que mais tarde, depois de recuperado por Amílcar Cabral, aparece associado à trama do assassinato).

As designações destes movimentos de oposição à liderança de Amílcar Cabral podem induzir-nos a pensar que se trataram apenas de movimentos contrários à unidade entre a Guiné e Cabo Verde ou à construção de um Estado bi-nacional. Mas, a Junta Militar dos Patriotas da Guiné era de natureza tribal, pois estava associada aos mandingas. Por outro lado, as referências à “nação” e aos problemas tribais no PAIGC, naquele período conturbado, não deixam de estar relacionados com a situação jurídica internacional que Cabral perseguia, com mais intensidade, a partir de 1968. Qual era essa situação jurídica? A de que a Guiné era um Estado independente com parte do seu território ocupado por forças estrangeiras. É óbvio que o território ocupado a que se referia era sobretudo os grandes centros urbanos. Repare-se que a conta dessa situação jurídica, e para dar a imagem de que o quadro prevalecente no interior da Guiné era de facto

¹⁴ Basil Davidson, *A Libertação da Guiné. Aspectos de uma Revolução Africana*. Prefácio de Amílcar Cabral, Lisboa, Sá da Costa Editora, p. 172.

aquele que defendia nas instancias internacionais, vai dar ordens aos seus guerrilheiros para fazerem ataques cada vez mais frequentes aos centros urbanos.

Por outro lado, Amílcar Cabral vai proceder ao recenseamento da população tendo em vista a proclamação do Estado da Guiné. Em Abril de 1970, reestruturou os órgãos de governo do seu partido, que até aqui tinham uma designação regional (Comités Regionais ou Comité das Inter-regiões) e em Setembro de 1970, as FARP passaram a contar com dois ramos, todos eles com a designação de nacional: as Forças Armadas Nacionais (FAN) – constituídas pela Marinha Nacional Popular e pelo Exército Nacional Popular – e as Forças Armadas Locais. Outros órgãos passaram também, doravante, a receber a designação de nacional. São eles: o Comité Nacional das Regiões Libertadas (CNRL) e a Comissão Permanente do Comité Nacional das Regiões Libertadas (CPCNRL). Tudo isto com intenções manifestas de passar para o exterior a imagem de que a Guiné já era, de facto, um Estado-nação independente e que só lhe restava o reconhecimento *de jure*.

Na linha de Carlos Lopes, a construção do Estado e da nação exigia, como já se disse, uma conjugação interétnica¹⁵. De acordo ainda com o sociólogo guineense, em África nunca um movimento de libertação tinha conseguido unir tantas etnias numa mesma luta, eliminando totalmente as clivagens regionais e tribais¹⁶. No entanto, não sabemos se de facto Amílcar Cabral teria conseguido eliminar totalmente as clivagens tribais. Uma análise do seu discurso é revelador de algumas divisões internas, em parte por causa do atribulado projecto de unir a Guiné e Cabo Verde, fomentado com base em preconceitos raciais e étnicos.

Em 1969, Cabral chamava a atenção para esse problema tribal e para o facto de estar a emergir uma nova consciência nacional que se pretendia que se afirmasse, pelo menos por enquanto, tendo a língua portuguesa como factor de unidade. Mas, por alturas da independência essa tendência estava longe de se afirmar, quer no interior do seu partido, quer na sociedade guineense. Ao referir-se à língua portuguesa, o líder do PAIGC insurgia-se, assim, contra uma tendência que emergiu em África, em meados dos anos 60, e que era favorável à adopção das línguas vernáculas. Sobre este assunto, Cabral perguntava mesmo como é que se escreveria “raiz quadrada” nos muitos dialéctos guineenses. Ainda assim, apesar de ter a consciência de que o português estava muito longe de se constituir como língua nacional, afirmava, no seminário de quadros de 1969, que não se devia “abandonar o português”, salvo se fossem obrigados a isso¹⁷. Para o líder do PAIGC, o problema étnico e tribal, bem como a noção de pertença a um determinado grupo étnico representava a maior fraqueza e podia contribuir para pôr em perigo a construção da nação que a luta levada a cabo pelo PAIGC estava a cimentar. Mesmo não contando com o apoio das chefias fulas, a luta tinha transformado a realidade étnica, tornou possível a unidade suficiente e criou, gradualmente, entre os grupos étnicos existentes, a consciência de que eram africanos e não portugueses.

¹⁵ Carlos Lopes, *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Edições 70, 1982, p. 34.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 34

¹⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior. 3. No plano internacional. Aos camaradas participantes do seminário de quadros, realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, im. 51.

Cabral valorizava positivamente a etnicidade ou a tribo enquanto “extensão étnica do clã através de um território” (a definição é cara a Nkrumah) e, negativamente, o tribalismo, entendido pelo mesmo Nkrumah como “instrumento de poder das classes burguesas”. O tribalismo não era uma invenção do povo, mas dos oportunistas (alguns intelectuais e indivíduos “destribalizados”). No seminário de quadros chamava a atenção para a realidade africana onde havia problemas de tribalismo e de guerras entre as «raças» para concluir que não era o povo que inventava essas coisas porque seguia “a realidade com muito realismo”, defendia “os seus interesses”, concluía¹⁸.

Mas Cabral estava convencido de que em África, o tempo do tribalismo, que tinha estado por detrás de muitos conflitos pelo controlo das terras e das pastagens, tinha passado¹⁹, o que se deveu à criação de Estados que foram capazes de “juntar gente de diversas tribos”. Com o advento do colonialismo, apenas se conservou a superestrutura política das tribos (isto é, as chefias tradicionais), que passaram a exercer o papel de intermediários no quadro da administração colonial. Contudo, o líder do PAIGC reconhecia que podia haver ainda, no seio de alguns grupos étnicos da Guiné, lembranças dos conflitos passados, mas que precisavam de ser incitadas para ganharem a dimensão de conflito inter-étnico. Estas lembranças podiam ser fomentadas por “gente que até” tinha “desprezo pelas tribos”, gente que “estudou nas Universidades, em Lisboa, ou em Oxford ou mesmo na capital da sua própria terra” e que por mero oportunismo e ambição política “quer ser Presidente da República, quer ser Ministro, para poder explorar o seu próprio povo”²⁰. Dois anos antes (1967), o líder do PAIGC reconhecia, em entrevista à revista *Tricontinental* de Havana²¹ e num discurso proferido em Belgrado²², que muitos destes intelectuais se aproveitavam para menosprezar o povo recorrendo a sentimentos que já não existiam na mentalidade desse mesmo povo para imporem as suas ambições de mando. O secretário-geral do PAIGC admitia ainda que outros aspectos teriam estado por detrás do sentimento tribal instigado pelo colonialismo, que Cabral não isentava na divisão e nas contradições sociais que ainda persistiam no seio dos diferentes grupos (diferentes «raças») e também nas diferenças étnicas e religiosas, opondo de um lado os muçulmanos e do outro os animistas. Por último, refere-se as diferenças a nível económico e de propriedades que se colocavam em Cabo Verde, onde, como se sabe, o problema étnico não se colocava, mas havia conflitos entre aqueles que tinha terras e aqueles que não tinham, grandes diferenças sociais e económicas. “Nós mesmos nos dividimos, como consequência da evolução da nossa vida”²³, afirmava o

¹⁸ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do Partido. 1. Unidade e luta aos camaradas participantes no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969), pasta 4340.001, ims. 73-74.

¹⁹ *Idem, ibidem*, ims. 73-74.

²⁰ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do Partido. 1. Unidade e luta aos camaradas participantes no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969), pasta 4340.001, im. 74.

²¹ AMS, Amílcar Cabral “Décidés a résister”, *Tricontinental*, Havana (Cuba), 1967, pasta 4322.005, ims 125-126.

²² Amílcar Cabral, “Fifty years of the Struggle for National Liberation”, p. 96.

²³ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do Partido. 1. Unidade e luta aos camaradas participantes no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969), pasta 4340.001, im. 40.

secretário-geral do PAIGC em 1969, admitindo que no seu “país” havia uma realidade étnica que não se podia subestimar:

Na nossa sociedade há vários grupos étnicos, quer dizer grupos com culturas e costumes diferentes e que, segundo a sua própria convicção, vieram de grupos diferentes, de origens diferentes: fulas, mandingas, papeis, balantas, manjacos, mancanhas, etc. Incluindo também descendentes de caboverdianos, na Guiné²⁴.

Aliás, essa mesma realidade tinha reflexos negativos na própria luta armada. Pode referir-se aqui, concretamente, o caso do uso de mezinhas na guerra e a crença de que o seu uso evitava a morte durante os combates.

Contudo, apesar de combater este tipo de mentalidade, Cabral nutria um profundo respeito pelas crenças religiosas e tribais²⁵, desde que não fossem atentatórias à dignidade do ser humano. Em Agosto de 1971 afirmava, a propósito, na reunião do CSL:

Eu não digo a ninguém para deixar de acreditar nisso, não é isso que eu quero. O nosso povo há-de avançar pelo seu próprio esforço, ninguém o vai forçar²⁶.

Ao ter em consideração a realidade da Guiné, Cabral não podia dizer aos seus combatentes para abandonarem determinadas práticas ancestrais, muito embora isso representasse uma fraqueza diante da luta e no que dizia respeito à construção da nação e do Estado.

As divisões na Guiné e em Cabo Verde evidenciavam ainda outras fraquezas que Cabral identificou no seminário de quadros de 1969:

[...] Mesmo nesta sala, pode haver gente ainda que é capaz de pensar: eu sou papel, eu sou mancanha e o mancanha não falta ao seu companheiro, eu sou mandinga. Isso é uma fraqueza grande, camaradas, grande fraqueza da nossa luta. E seria muito mau se de facto deixássemos isso avançar, se de facto nós não fôssemos capazes de eliminar tudo isso no caminho da luta²⁷.

Foi em virtude destas contradições que se colocou, como um dos princípios fundamentais da acção político de Amílcar Cabral e do seu PAIGC, a questão da unidade na Guiné, da unidade em Cabo Verde, e, finalmente, da unidade da Guiné e Cabo Verde. Fossem quais fossem as diferenças, Cabral afirmava que era “preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objectivo”²⁸. Essa ideia de Cabral era

²⁴ *Idem, ibidem*, ims. 46- 47.

²⁵ Julião Soares Sousa, *Amílcar Cabral e a luta pela independência da Guiné e Cabo Verde (1924-1973)*, tese de doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Janeiro de 2008, II volume, p. 314.

²⁶ “Sobre a agressão à República da Guiné e os acontecimentos ulteriores nesse país” ..., p. 7.

²⁷ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do Partido. 1. Unidade e luta. Aos camaradas participantes no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969), pasta 4340.001, im. 73.

²⁸ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do Partido. 1. Unidade e luta. Aos camaradas participantes no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969), pasta 4340.001, im. 35.

justificada pela necessidade de, como ele dizia, “tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições...”²⁹.

A unidade exigia, assim, a existência de diferenças. Se não forem diferentes, assegura Cabral, não seria “preciso fazer unidade”, não haveria “problema de unidade”³⁰. E mais adiante asseverava para o caso concreto da Guiné:

No meio da nossa sociedade, por exemplo, qualquer pessoa que pensa à sério na nossa luta, sabe que se todos fossem muçulmanos, ou todos fossem católicos, ou animistas, quer dizer, acreditar em «iran», era mais simples³¹.

Apesar disso, o secretário-geral do PAIGC considerava que as diferenças que existiam entre os grupos étnicos nem eram muito significativas, pois a sua cultura tinha um fundo semelhante:

Na Guiné a cultura do nosso povo é produto de muitas culturas da África, cada um tem a sua cultura própria, os balantas têm a sua cultura etc. mas todos têm um fundo igual de cultura, a sua interpretação do mundo e as suas relações na sociedade. E sabemos que embora haja populações muçulmanas, no fundo eles também são animistas, como os balantas e os outros. Acreditam em Alá, mas também acreditam no «iran» e nos «djambacosses». Tem Alcorão, mas também o seu «gri-gri» no braço e outras coisas³².

Assim sendo, tal como Cabral, Carlos Lopes assume que havia características sócio-históricas e culturais comuns às diferentes etnias e às diferentes classes sociais³³. Daí que não houvesse problemas na hora de se unirem em torno do mesmo objectivo.

Portanto, a unidade significava, na opinião do líder do PAIGC “transformar um conjunto diverso de pessoas, num conjunto bem definido, buscando um caminho”³⁴, sem olvidar que dentro “dentro deste conjunto” havia “elementos diversos”³⁵. Foi, atendendo a este princípio que Cabral foi forçado a adaptar a luta armada à realidade social e étnica da Guiné o que se reflectiu, inclusivamente, na criação de três frentes de guerra: sul, norte-centro (região do Oio) povoado essencialmente por balantas; leste (Gabú), predominantemente habitada por Fulas. “Como se fossem duas terras diferentes”³⁶, concluía o líder guineense e cabo-verdiano.

A necessidade imperiosa de construir a nação a partir da luta armada não era só para fazer face ao colonialismo português, mas também para concretizar o célebre projecto

²⁹ *Idem, ibidem*, im. 37.

³⁰ *Idem, ibidem*, im. 35.

³¹ *Idem, ibidem*, im. 37.

³² *Idem, ibidem*, ims. 67-68.

³³ Carlos Lopes, *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Edições 70, p. 48.

³⁴ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do Partido. 1. Unidade e luta. Aos camaradas participantes no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969), pasta 4340.001, im.34.

³⁵ *Idem, ibidem*, ims. 34-35.

³⁶ *Idem, ibidem*, im. 55.

de unidade nacional e/ou bi-nacional, exigindo, por isso mesmo, uma real colaboração entre todos os grupos étnicos da Guiné e entre guineenses e cabo-verdianos do PAIGC. A unidade que Cabral perseguia na caso da Guiné, e estamos inteiramente de acordo com Carlos Lopes, era “interétnica”, tendo em vista a “criação da nação”³⁷.

Como reconhece Alexis Wick, Cabral não postula a existência de uma nação guineense como entidade homogénea, embora sugerisse que a fórmula (nacional) de responsabilização colectiva pudesse ser benéfica a todos³⁸. Todavia, a facto de aceitar a existência de tribos ou de grupos étnicos como fazendo parte integrante da história, da realidade e da natureza da sociedade guineense, não significa que Cabral aceitasse manifestações de tendência tribal no interior do seu partido. O PAIGC, sendo um partido de vanguarda, representava e confundia-se com o Estado-nação em construção. Logo, tinha, nas palavras de Amílcar Cabral, uma grande responsabilidade na hora de criar “no espírito dos camaradas novas ideias, nova maneira de ver a realidade”³⁹. É neste aspecto particular que a luta de libertação foi inovadora, ao lançar a semente não só para acabar com o colonialismo, mas também para “construir homens e mulheres para servirem o seu povo”⁴⁰. A propósito, atente-se nas seguintes palavras de Amílcar Cabral proferidas igualmente em 1969:

No nosso Partido ninguém se dividiu, pelo contrário, cada dia nos unimos mais. Aqui não há papel, nem fula, nem mandinga, nem filhos de caboverdianos, nada disso. O que há é PAIGC e vamos para diante⁴¹.

Neste partido considerado de vanguarda, único instrumento através do qual seria possível construir a unidade nacional, só deveria entrar, nas palavras de Amílcar Cabral, “aquele que de verdade” tivesse “uma só ideia, um pensamento”, que só quisesse uma coisa, devendo ter, além do mais, “um dado tipo de comportamento na sua vida privada e na sua vida social”⁴².

Essa ideia e esse pensamento eram incompatíveis com qualquer espécie de oportunismo e/ou racismo e muito menos com o tribalismo e tentativas divisionistas ou com o projecto de construção de uma nação. Não foi por acaso que em 1969 lançou o seguinte aviso para interior do seu partido, dirigida aos militantes “tribalistas”:

Qualquer um que tenha dentro da sua cabeça a ideia de que a sua «raça» é que deve mandar na nossa terra, que se prepare porque haverá guerra com ele⁴³.

³⁷ Carlos Lopes, *Etnia, Estado e relações de Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Edições 70, 1982, p. 106.

³⁸ Alexis Wick, “A nação no pensamento de Amílcar Cabral”, in *Cabral no cruzamento de épocas*, p. 373.

³⁹ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do Partido. 1. Unidade e luta. Aos camaradas participantes no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 72.

⁴⁰ “Sobre a agressão à República da Guiné e os acontecimentos ulteriores nesse país”, intervenção do camarada Amílcar Cabral, Reunião do Conselho Superior da Luta, 9 a 16 de Agosto de 1971, p. 3.

⁴¹ AMS, Amílcar Cabral, “Alguns princípios do Partido. 1. Unidade e luta. Aos camaradas participantes no seminário de quadros realizado de 19 a 24 de Novembro de 1969, pasta 4340.001, im. 50.

⁴² AMS, “Princípios do Partido. 1. Nem toda a gente é do Partido. 2. Democracia revolucionária. 3. Ser fiel aos princípios, pasta 4340.001, im. 95.

⁴³ *Idem, ibidem*, im. 99.

E mais adiante:

Mas há ainda camaradas no Partido, que ainda são incapazes de matar totalmente aquela ideia de «raça» que têm na cabeça. Porque são ambiciosos, só porque são ambiciosos, querem ser eles o mandões máximos de tudo. Gente como essa não é do Partido. No nosso Partido manda quem tem valor, quem mais pode mandar, quem deu provas concretas de que sabe mandar, e o nosso objectivo é só um: servir o povo⁴⁴.

De um facto, porém, Cabral não tinha dúvidas: a maior “asneira” que se podia cometer tanto na Guiné, como em Cabo Verde, era a de criar partidos “na base de «raças»” ou dos que têm e dos que nada têm. Temia assim que isso fosse aproveitado pelo “inimigo” para dividir ainda mais as hostes nacionalistas, não só durante a luta armada, mas também no pós-independência, à semelhança do que ocorria em vários países africanos do seu tempo.

Cabral lutava assim por um partido sem “raças”. Por isso, recusou-se a atribuir lugares de relevo, na direcção do movimento de libertação, aos “régulos”, pois considerava que isso seria uma aposta no atraso “para o futuro, de dificuldades para amanhã, fazer oportunismo”. Apesar da colaboração de alguns desses régulos com a luta de nunca se lhes disse que “como eram chefes” das populações, “também eram chefes do Partido”. E concluía Cabral:

Negámos isso duma vez, porque não queríamos enganar ninguém. Numa organização nova, ainda para libertar a nossa terra, são e serão dirigentes aqueles que estão em condições para isso, não porque eram chefes ontem⁴⁵.

A pronta adesão de alguns desses chefes à luta era apontada por Cabral como uma forma “desesperada de reocuparem o prestígio perdido com a colonização, eliminar a opressão sobre a sua classe e restabelecer a sua autoridade política e cultural sobre o seu povo”.

Se alguma conclusão haveria que esboçar podemos afirmar que para a edificação da cultura nacional, partindo naturalmente da cultura popular, e de um Homem Novo, era necessário acabar com o tribalismo que estava presente no quadro nacional e no quadro do seu partido. Para Cabral, o tribalismo estava mais presente na mentalidade de algumas pessoas do que na estrutura económica. Sem isso, não seria possível construir a identidade nacional. Politicamente, Cabral não acreditava que viessem a aparecer, partidos de base étnica no espectro político-partidário guineense, devido a desagregação da estrutura tribal e também devido ao fiasco das experiências que bem conhecia no interior de alguns movimentos de libertação da Guiné.

Cabral propunha uma interacção entre os vários grupos étnicos e idealizava a Guiné como uma nação “horizontal”, que, na sua opinião, já estava edificada nos primórdios da década de 70: “Há dez anos, nós éramos fulas, manjacos, mandingas, balantas, papéis e outros ... Somos uma nação de guineenses”.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, im. 99.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, im. 105.

Era também no quadro nacional e nas condições históricas da Guiné e Cabo Verde que Cabral pensava no partido único que assumiria as funções de Estado como instrumento que garantiria a coesão nacional. No entanto, o partido único só seria suficiente para assumir os destinos da “nação” se fosse, como defendia Frantz Fanon, orgânico, animado por vivas discussões internas e de um movimento dinâmico de pessoas.

Numa reunião com amigos num apartamento de Manghatan, em 1972, aquando da sua visita aos EUA, Cabral mostrava-se preocupado com a democraticidade e legitimidade do partido único, assunto que considerava mesmo “muito perigoso”. É que o Estado de “partido único” não reconhecia o sistema de classes, como sustentava Kwame Nkrumah, e muito menos a existência de classes. Na realidade, Cabral tinha razões bastantes para se preocupar com o futuro. Apesar de ter previsto a insuficiência de um regime de partido único, ao admitir que seria necessário criar outros órgãos (por exemplo a ANP) que pudessem garantir a representatividade do povo de modo a permitir-lhe ter a consciência de que era “dono do seu próprio destino” e assegurando assim a democraticidade do sistema político, o PAIGC não fora capaz de se transformar, depois da independência, num partido dinâmico, aberto ao pluralismo de ideias e à entrada de novos membros.

